

A categoria do gênero na tarefa crítica. Revisitando a Teoria Crítica

Anderson Borges

Prelúdio

Nas últimas décadas o exercício teórico assumiu várias transformações que apontaram para a necessidade de se pensar o que durante muito tempo se encontrou à margem da reflexão. Aos poucos a diferença, as minorias, o pós-colonialismo, dentre outros assuntos antes relegados ao esquecimento, passaram a constituir vários debates feitos no campo da teoria política, das ciências sociais e da filosofia. Assim, considerações acerca de gênero e etnia se tornaram importantes elementos ao lado da categoria de classe para se pensar sociedade. Nesse cenário, herdeiro da tradição crítica de se pensar o tempo presente conforme a resposta de Kant para a pergunta “O que é o esclarecimento?”, no clássico texto de 1784, um pensamento contemporâneo que se disponha a refletir sobre o lugar em que estamos, assim como os mecanismos constituintes da configuração de nosso tempo, se depara com outro desafio à parte pensar a práxis: a prática teórica.

Sob a direção de Max Horkheimer, a empreitada investigativa do Instituto de Pesquisas Sociais cunhou a chamada Teoria Crítica, cuja finalidade era contemplar o fazer científico como produto histórico, compreendendo “o homem como aquele que [o] produz” (*die Menschen als die Produzenten*)¹, revelando, em suma, a intersecção economia-cultura, base e o todo (*Basis und Überall*). Publicado primeiramente em 1944, a *Dialética do esclarecimento*, escrita por Horkheimer e Adorno, anuncia com pessimismo agudo o entrelaçamento entre esclarecimento e barbárie estabelecendo um horizonte acinzentado do mundo pós-guerra. O livro traça paralelos entre domínio e conceito, conquista e objeto anunciando como as relações entre esses pares constituem a maturidade da razão proclamada pelo esclarecimento/iluminismo (*Aufklärung*).

Mais tarde, a tese radical da equiparação entre razão e domínio da natureza, que justifica o pressuposto de que o progresso tecnológico e moral do século XX trouxe consigo um amontoado de corpos, cede lugar para a razão comunicativa habermasiana. Assim, paralelamente a critérios empregados em investigações de economia e sociedade que desempenham um papel de diagnóstico do tempo, as gerações que sucederam as

¹ HORKHEIMER, Max. Nachtrag (1937). In: _____. *Gesammelte Schriften*. Band 4: Schriften 1936-1941. Frankfurt am Main: Fischer, 1991, p. 217.

primeiras formulações da Teoria Crítica, assumiram a confiança na razão prática reafirmando a normatividade.

Acompanhando os problemas que emergem com a história, a Teoria Crítica, ou seja, seu exercício e sua recepção, já em seus pressupostos procura investigar os liames que compõem o social. Hoje, ler os teóricos da chamada Escola de Frankfurt significa novamente reenfrentar as questões que sempre estiveram presentes na tarefa crítica. Realizar o diagnóstico do tempo presente e pensar, mesmo utopicamente, a possibilidade de mudança. Nesse horizonte em que passado e presente se encontram novas categorias de análise emergem. Dessa forma, a Teoria Crítica precisa articular em seu objeto economia, história e sociedade, bem como as intenções e os interesses que constituem a própria operação teórica da razão prática.

Era uma vez o projeto da modernidade?

Afinal de contas, sessenta anos depois da *Dialética do esclarecimento*, pode-se perguntar se estariam superados ou equivocados conceitos instrumentalizados por Horkheimer e Adorno na composição dos argumentos principais de seu livro de 1944. Jürgen Habermas afirmara que o projeto moderno de amadurecimento ainda não teria encontrado sua completude e poderia ser construído precisamente na vida em sociedade. Um ambiente em que os conflitos e discordâncias assumem um aspecto positivo na constituição do social. A emergência em larga escala de movimentos políticos na segunda metade do século XX chama atenção para a injustiça praticada em relação a determinados grupos sociais que se encontram à margem da sociedade. Considerando aqueles que estão fora da estrutura e da representação social, a ideia de reconhecimento se tornou um dos principais tópicos debatidos na atualidade, particularmente na filosofia social e na sociologia. Com Habermas e, em seguida, Axel Honneth a Teoria Crítica recebe um aporte normativo em suas considerações.

O primeiro considera um horizonte normativo em que todos, instrumentalizando uma linguagem kantiana, dispõem de um transcendental comum, ou seja, grosso modo, uma racionalidade comunicativa universal que possibilita comunicar, discordar e exercer deliberações. Habermas pressupõe que o elemento fundamental da democracia reside precisamente nos procedimentos deliberativos. Dessa forma, sua teoria democrática discursiva não sustenta o Estado como elemento central. A perspectiva

habermasiana se apoia na imagem de uma sociedade descentralizada, em que processos de comunicação intersubjetiva ocorrem tanto no âmbito parlamentar quanto em redes informais da esfera pública constituindo, assim, arenas onde eclodem discordância e consenso.

Honneth, por sua vez, procura pensar a configuração de uma gramática moral gerada a partir de conflitos sociais, isto é, levando em consideração narrativas históricas contextualizadas bem como pressupostos fundamentais que constituem a autorrealização. Assim, a partir de uma, por assim dizer, “semântica coletiva” compartilhada por indivíduos, a qual estrutura padrões de reconhecimento, Honneth procura efetivar um diagnóstico crítico da realidade ressaltando a dimensão moral essencial à autorrealização.

Embora as diferenças entre as gerações da Teoria Crítica – em linhas gerais o distanciamento dos nomes que sucederam a primeira geração, que compreendia a racionalidade imbricada ao domínio da natureza, assim como justificara Adorno mais tarde em sua *Dialética negativa*, o processo de conceituação envolve o pensamento de identidade, violência e exclusão – desde Horkheimer e Adorno até Honneth e Rainer Forst, suas teorizações conservaram o *leitmotiv* de se pensar a mudança da realidade em que nos encontramos.

A despeito das leituras, a razão prática como instrumento para pensar e/ou para ser criticado precisa acolher em seu projeto o predicado “crítica de si mesmo”. Tal afirmação crítica se efetiva ao assumir sua constituição histórica, cuja constelação é, muitas vezes, oriunda de um modelo eurocêntrico, branco e sexista. Em detrimento de acusar o fazer teórico das diversas gerações, parece-me produtivo aproximar a Teoria Crítica de categorias de análise que enfrentam, assumindo suas contradições performativas, problemas que a crítica atualmente procura pensar considerando nosso tempo. Todos aqueles e aquelas que foram marginalizados e marginalizadas pela história, na epistemologia e na ontologia, pensando como uma heurística para aproximar-se de ideias pilares dos escritos recentes de representantes da Teoria Crítica nos dias de hoje, podem encontrar sua imagem em discussões propostas por certas teorias do reconhecimento.

Reconhecendo gênero na crítica ou a mulher como elemento da indústria cultural

Embora o tema do reconhecimento fora anteriormente abordado por Fichte, é na filosofia hegeliana que ele ganha complexidade, mormente na argumentação em relação às etapas do processo de tomada de consciência de si do espírito. Hegel reflete sobre um movimento de reconhecimento que se desenvolve a partir do entendimento do sujeito em relação a si mesmo. Esse processo só é possível porque o eu se determina através do outro. Em decorrência da incerteza da consciência em relação a si mesma, a consciência desenvolve uma ânsia que, incapaz de se satisfazer ensimesmada, precisa da existência de outro para ser “autoconsciência certa de si mesma”.² O largo espectro que constitui as várias teorias do reconhecimento encontram precisamente na relação com a alteridade proposta por Hegel seu pontapé inicial. Lidar com o outro, neste caso considerando a categoria do gênero, se constitui no cenário crítico um desafio contemporâneo que não deve ser circunscrito única e exclusivamente às (aos) feministas.

No entretenimento de massas, para mencionar um entre outros elementos que compõem o social, lembrando as considerações feitas por Horkheimer e Adorno em relação à indústria cultural, ao longo dos anos a mulher passou a ser veiculada como decoração de pano de fundo. Paradigmaticamente jogos de videogame ilustram o emprego de imagens eróticas degradantes para o consumo de multidões. Recente na história da indústria cultural, videogames como o Xbox ou o Playstation assumiram um importante papel no entretenimento de massas. Paralelamente aos comerciais de TV e as propagandas de outdoor, em que a imagem da mulher sexualizada é consumida um elemento da indústria cultural, os jogos procuram construir uma atmosfera de verossimilhança que busca instrumentalizar em sua ficção elementos constitutivos da realidade contemporânea. Assim, violência, erotismo e sexo se tornaram fatores essenciais na receita desses produtos de consumo das massas.

Consequentes à utilização de efeitos visuais do cinema hollywoodiano, os jogos ocuparam um lugar cativo no passatempo de um largo número de pessoas. Reforçando concepções populares de violência contra a mulher, jogos como *Dragon Age: Origins* (2009), *Red Dead Redemption* (2010), *Watch Dogs* (2014) retiram das personagens

² Ao longo da quarta parte da *Fenomenologia do espírito*, intitulada “A verdade da certeza de si mesmo” (Die Wahrheit der Gewißheit seiner selbst), Hegel discorre sobre o processo de consciência até a tomada da autoconsciência (*Selbstbewusstsein*).

femininas que compõem o cenário quaisquer traços de individualidade e personalidade. As mulheres se tornam uma “figura cênica” como uma cadeira ou um sofá cuja utilidade é justificada pela composição de um cenário. A *Dialética do esclarecimento* anunciara já em 1944 que a indústria cultural se utiliza do que é recalcado nas pessoas como um entre outros de seus elementos. O diagnóstico de Horkheimer e Adorno de que a indústria cultural é um importante elemento para a manutenção do sistema capitalista se mostra ainda em vigor nos dias de hoje. Afinal, a produção em larga escala disponibiliza velhos produtos com embalagens diferentes.

Ritornelo ou a tarefa da crítica

O pensamento crítico de uma teoria da sociedade, considerando a teorização de Horkheimer e Adorno, busca analisar a “suprassunção das relações sociais”³ (*die Aufhebung der gesellschaftlichen Verhältnisse*) – Horkheimer ressalta que suprassunção, seguindo o raciocínio hegeliano, é um “conceito dialético”. A filosofia aos moldes da Teoria Crítica procura, dessa forma, caracterizar o que precisa ser modificado, o que precisa ser superado.

A tarefa da crítica hoje ainda ecoa a promessa feita em 1937. No horizonte hermenêutico da releitura e da reapropriação de seus elementos é preciso pensar sua empreitada crítica acrescentando a ela a categoria do gênero, do subalterno, do menor. Sua recepção algumas vezes revelou na denúncia do domínio da alteridade a possibilidade de interpretar na diferença os outros que se encontram subsumidos nos discursos. Para empregar a bela imagem proposta por Gadamer em sua obra *Verdade e Método*, a crítica deve ao considerar com acuidade crítica o entrelace entre economia, cultura, base e estrutura, conforme aponta a Teoria Crítica, realizar uma “fusão de horizontes” lendo o passado com o olhar no presente. A Teoria Crítica, por sua vez deve assumir categorias, como o gênero, que se mostram necessárias para a realização de uma “ontologia de nós mesmos”, acolhendo o legado reflexivo kantiano uma ontologia do presente, como apontou Foucault em seu texto sobre o que é o iluminismo.

³ HORKHEIMER, Max. Nachtrag (1937). In: _____. *Gesammelte Schriften*. Band 4: Schriften 1936-1941. Frankfurt am Main: Fischer, 1991, p. 222.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W. *Negative Dialektik: Jargon der Eigentlichkeit*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1977. (*Gesammelte Schriften*. Vol. 6)

ALLEN, Amy. Gender, Macht und Vernunft. Feminismus und Kritische Theorie. In: LANDWEER, Hilge et.al. (Org.). *Philosophie und die Potenziale der Gender Studies*. Peripherie und Zentrum im Feld der Theorie. Bielefeld: Transkript Verlag, 2012, p. 37-62.

FOUCAULT, Michel. Qu'est-ce que les Lumières?, Magazine Littéraire, N. 207, Mai 1984, Kurs 5 Januar, 1983, an der Collège de France. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, 1994, p. 679-688. Vol. IV.

FRASER, Nancy. *Unruly Practices: Power, Discourse, and Gender in Contemporary Social Theory*. Minneapolis: Univ. of Minneapolis Press, 1989.

GUHA, Ranajit; SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Selected Subaltern studies*. New York: Oxford University Press, 1988.

HABERMAS, Jürgen. *Der philosophische Diskurs der Moderne*, Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1985.

HEGEL, Georg W. F. *Phänomenologie des Geistes*. In: BONSIEPEN, W. HEEDE, R. (Eds.), *Gesammelte Werke*. Hamburg: Felix Meiner Verlag, 1980. (*Gesammelte Werke*. Vol. 9)

HONNETH, Axel. *Kampf um Anerkennung: zur moralischen Grammatik sozialer Konflikte*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1994.

HORKHEIMER, Max. Die gesellschaftliche Funktion der Philosophie. In: *Gesammelte Schriften. Schriften 1936-1941*. Bd. 4, Frankfurt am Main: S. Fischer, 1988, p. 332-351.

_____. Traditionelle und kritische Theorie. In: *Gesammelte Schriften. Schriften 1936-1941*. Bd. 4, Frankfurt am Main: S. Fischer, 1988, p. 162-216.

_____. Nachtrag (1937). In: _____. *Gesammelte Schriften*. Band 4: Schriften 1936-1941. Frankfurt am Main: Fischer, 1991, p. 217-225.

KANT, Immanuel. Beantwortung der Frage Was ist Aufklärung? In: *Kants Werke: Akademie-Textausgabe: Unveränderter photomechanischer Abdruck des Textes der von der Preussischen Akademie der Wissenschaften 1902 begonnenen Ausg.* Berlin: W. de Gruyter, 1968, p. 33-42.

SCOTT, Joan. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. *The American Historical Review*, Vol. 91, No. 5. (Dec., 1986), p. 1053-1075.